

Três Antônio e Um Jobim. Marília Martins & Paulo Roberto Abrantes (Organizadores). Rio de Janeiro: Dumará, 1993.

Este é um livro excepcional, tanto na forma quanto no conteúdo. Começa com uma conversa em torno de uma mesa de almoço, onde o prato principal foi preparado por Antônio Houais. De vez em quando o jornalista Zuenir Ventura propunha um novo tema e todos opinavam com a maior segurança.

O Brasil foi passado em revista, mas o que causa a mais forte impressão, é a descrição da classe dominante brasileira, feita por Antônio Cândido. Ele se formou no regime escravocrata e continuou com a mesma mentalidade até hoje, apesar de mudar de pessoas. Nem mesmo a imigração a mudou. Italianos, alemães e árabes, continuam a tratar os empregos como se fossem escravos.

Terminado o almoço vem a parte das entrevistas com cada um dos Antônio.

Na de Antônio Calado destaca-se o espírito aventureiro. Jornalista da BBC, durante a guerra, incursões no Parque do Xingu e viagem ao Vietnã do Norte. Neste caso sobressai a sua luta para conseguir o visto de entrada no país.

A entrevista de Antônio Cândido relata os primeiros anos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), na verdade uma verdadeira faculdade francesa. Até as discussões de corredor eram em francês. Muito oportuno o relato do que aconteceu na USP em 1964 e nos anos seguintes.

Antônio Houais, em vez de entrevista, faz um relato de sua vida aventureira. Foi o único Antônio caçado pelo golpe de 64. Como não podia deixar de acontecer, o final é uma aula magistral sobre culinária.

Tom Jobim, o mais moço dos Antônio foi, justamente, o primeiro a partir. A introdução à entrevista é um discurso inflamado em defesa da natureza. Depois vem as peripécias para lançar a boça nova e para sobreviver nos primeiros tempos nos Estados Unidos. Falando da fauna brasileira, revela um ótimo conhecimento de biogeografia.

Em suma é o Brasil passado em revista por pessoas que amam a sua terra e que conseguiram vencer na luta de foice que é a vida em nosso país.

Mário B. Aragão

Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Vigilância Alimentar e Nutricional: Limitações e Interfaces com a Rede de Saúde. Inês Rugani Ribeiro de Castro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. 108 p. ISBN 85-8567-124 R\$ 15,00

Tese de mestrado, o livro de Inês Rugani, "Vigilância Alimentar e Nutricional: Limitações e Interfaces com a Rede de Saúde" impõe-se já com o status de uma publicação destinada aos estudos superiores de saúde coletiva. É uma abordagem crítica e construtiva do discurso ambicioso e da prática ainda limitada das ações que devem responder às propostas da vigilância alimentar e nutricional.

Editado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o livro resgata, a partir da realidade epidemiológica, das propostas programáticas do perfil institucional e do desempenho dos serviços de saúde no Brasil, o papel potencial que pode e deve ser cumprido pela vigilância alimentar e

nutricional na busca dos ideais de equidade que configuram a doutrina ética das políticas e das ações de saúde.

É um ensaio analítico que conduz a reflexões fecundas, num espaço temático em que a doutrina, ou seja, a fundamentação conceitual, assume o compromisso de uma ideologia: o ideário da equidade indo além das simples distribuições de ações setoriais para assumir a postulação política de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais humana. Fazer com que todos tenham acesso aos alimentos e possibilitar que todos, alimentando-se bem, possam aproveitar biologicamente bem o conteúdo nutricional dos alimentos, supõe ou reclama uma realidade que é ainda utópica: a plena racionalização social dos justos, a moradia salubre, o acesso à educação competente e aos serviços resolutivos de saúde, a produção, armazenagem, conservação e distribuição de alimentos de forma contínua e universal. Estaria assegurada assim a cadeia trófica que

vai desde o lançamento da semente ou do sêmen nas atividades agro-pastoris até os eventos metabólicos que se produzem na intimidade de cada célula.

Se o objetivo político-ideológico da segurança alimentar e nutricional implica uma proposição renovadora das estruturas e funções do governo e da sociedade, na prática o instrumental de intervenções que pode ser acionado mediante as indicações do Sisvan é ainda limitadíssimo. É bem ilustrativa desta perplexidade a inércia de movimentos que se manifesta no setor saúde, muito bem examinada neste ensaio meta-analítico de Inês Rugani. Nenhum autor no País (e poucos no exterior, se é que existe algum a nível mundial) fez uma abordagem tão consistente das limitações e possibilidades ainda inexploradas do setor saúde em relação à vigilância alimentar e nutricional.

Com 108 páginas, o livro oferece um amplo painel de estudo histórico da Vigilância Alimentar e Nutricional no Brasil e no mundo, bem como da situação de saúde e nutrição da população brasileira, como contexto para uma análise

diversificada das limitações e potenciais do sistema proposto: suas interfaces com a vigilância epidemiológica e a atenção à saúde em seus vários desdobramentos e programas, como PAISC, o PAISM, o PROSAD, o PNSU, os programas voltados para a saúde do adulto, o Programa de Controle de Diabetes e o Programa Nacional de Educação e Controle da Hipertensão Arterial (PNECHA).

Este enunciado deixa explícita a abrangência do livro, sua pertinência em relação aos grandes tópicos de atuação do setor saúde, especialmente em relação aos sistemas de informações que devem racionalizar os diversos programas. Sua leitura se faz, assim, de absoluta necessidade para estudiosos, formuladores e gestores de políticas e programas de alimentação e nutrição no Brasil e em outros países com problemas e estruturas institucionais semelhantes à situação brasileira. É um texto matricial, uma publicação madura sobre um tema ainda “adolescente” – a vigilância alimentar e nutricional.

Malaquias Batista-Filho
Universidade Federal de Pernambuco

Evolución en el Trópico: Los Amerindios de Costa Rica y Panamá. R. Barrantes. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1993. 221 p., figs., biblio., tabelas. ISBN 9977-67-219-9

Cuando tuvimos la oportunidad de trabajar con los Indígenas de Bocas del Toro en la República de Panamá, muchos de ellos me corregían, el término, al llamarlos de los Indios Guaymí. Ellos me dijeron que no son Indios que ellos son Indígenas y que no son Guaymí, si no que son los Indígenas Ngöbe-Bugle. Haciendo referencia a ello creo que el título del libro tiene un pequeño error al llamarlos de Amerindios cuando debería ser “Los Amerindígenas de Costa Rica y Panamá”. Este libro tiene como propósito reconstruir la historia biológica y cultural de los Amerindígenas de Costa Rica desde una perspectiva genética evolutiva y biomédica. Barrantes acepta que probablemente los Amerindígenas ingresaron al continente Americano procedente del Noroeste de Asia

hace 12000 años y que ocurrió gradualmente hasta llegar a la parte más estrecha constituida por Costa Rica y Panamá. Dando esto original “conspicuo **Cuello de Botella**”. Sin embargo, piensa que necesariamente no hubo tantos cuellos de botella ni que existió un laboratorio racial. Lo que se puede concluir, es que la “**migración**” no contó con mucha oposición de competidores, estuvo muy vinculada al intercambio de uniones, generalmente emparentada, permitiendo un flujo génico continuo en espacio y tiempo. Esto último apoyado en los resultados de análisis genético. La evidencia arqueológica, lingüística, y etnográfica favorecen un desarrollo o fragmentación local (i.e., *in situ*), con menos intercambio genético y cultural de lo esperado. Por lo tanto, no es posible hablar de culturas o grupos más o menos desarrollados sino simplemente de adaptación a situaciones distintas.

En el capítulo 2, el autor, señala que los primeros pobladores de América emigraron

desde Asia, al menos, hace 12000 años. El problema esencial que se plantea en este momento, se retiene más bien, a **cuando fue el ingreso** en el continente y **cómo ocurrió**. Utilizando las nuevas herramientas a su disposición tales como, el reloj biológico (i.e., ADN Mitocondrial); análisis y relación lingüísticas, y divergencias genéticas; los investigadores en el campo ciertamente no llegan a un consenso general, aunque algunos plantean que pueden distinguirse tres distintos grupos de aborígenes Americanos: los **Amerindígenas**, los **Esquimales** y los **Aleutianos** que ingresaron por el estrecho de Beiring, sin embargo, esto aun está en discusión. En cuanto al ingreso de los Amerindígenas o Paleoindígenas a Centroamérica puede ser definitivamente demostrada hasta 9000 a 8000 años a.C. Sin embargo, como muy bien plantea Barrantes, "Los Amerindígenas Chibcha: ¿Un enigma o un prejuicio?". Se plantea que los Amerindígenas del área Intermedia emigraron de las planicies de Colombia central, habitadas por culturas más desarrolladas, recientemente (1000 años d.C.). Otra hipótesis, plantea una emigración Norteña "Mesoamericana" hace aproximadamente 5000 años a.C. La tercera hipótesis, plantea un desarrollo o fragmentación *in situ* (desarrollo cultural y autóctono), por un largo periodo de tiempo, recibiendo influencias del norte y del sur como resultado de una difusión cultural gradual más que de migraciones o invasiones masivas al istmo. En cuanto al lenguaje de los Amerindígenas del área intermedia, según los estudios de divergencia lingüísticas, no dejan lugar a duda que tiene filiación Chibcha.

Tengo que felicitar a Barrantes, en cuanto al término usado con precisión absoluta, al referirse a la "**invasión**" por parte de los "Españoles" acaecida hace cinco siglos, y sobretudo a la aclaración de los tipos de características que implica una invasión, postuladas por Wiess. No tengo a mi haber tantas lecturas en el campo, sin embargo, se nota cada vez más la utilización del término, **invasión**, al referirse a los Españoles. Esto se hace más notorio desde que se conmemoró los 500 años, por lo menos es algo positivo. No obstante, este hecho tuvo un impacto inconmensurable en las

poblaciones Amerindígenas de aquella época. Actualmente vemos las repercusiones, por ejemplo Barrantes, al describir a las poblaciones indígenas de Costa Rica y Panamá, en supuesto "relativo aislamiento", nota que los Indígenas ubicados en Costa Rica son menos numerosos y están más aculturados que los ubicados en Panamá. A excepción de los Kunas y los Guaymí (Ngöbe-Buglé), no es un poco difícil llegar a datos tan concluyentes desde el punto de vista genético.

Poco se conoce acerca de las características demográficas de las poblaciones Amerindígenas que habitaron Baja Centroamérica a partir del ingreso de los Españoles. La evidencia al respecto es circunstancial y basada en documentos y crónicas, especialmente aquéllas de misioneros y militares, y las relacionadas a "reparticiones" de indígenas. Muchas son las hipótesis que han tratado de dar una cifra aproximada de la población de esta región al momento de la invasión, sin llegar a nada concreto, precisamente por no contarse con datos suficientes. Alguna evidencia arqueológica (Snarskis, 1987) sugiere que la población indígena no era tan numerosa en Costa Rica, lo que hace suponer que era moderada. No debemos sobrestimar ni mucho menos subestimar cuál era la población en dicha región ocupada por los Chibchasparlantes, lo cierto es que al llegar los invasores la población fue menguada en varias tribus hasta llevarlas a la extinción, y como señala el autor, es muy plausible pensar que los que sobrevivieron se mantuvieron en números relativamente bajos, que variaron en los cuatros siglos siguientes dependiendo de la tribu y su localización geográfica. En base a este hecho se pudieron provocar los llamados "cuellos de botella" determinando las constituciones genéticas en los actuales Amerindígenas.

Es interesante observar que Barrantes construye pirámides de población con un número de población extremadamente pequeño (2946 individuos), y da la información en términos de porcentaje. Si bien es cierto, que no tenemos certeza del número de pobladores de, esta región siglos atrás y su comportamiento, se intenta ahora llegar aproximarse a ese hecho, por tanto me gustaría saber: ¿Por qué no utilizó datos absolutos para

representar la pirámide? Si entiendo bien utilizó los datos de la población Kuna de la Isla de Río Azúcar (Panamá), por lo tanto, el no incluyó a los 55,000 Indígenas Kuna de Panamá, según el censo de población de 1990, ¿Por qué?. ¿Por qué no utilizó los datos del censo de 1990 y construyó una pirámide de población con los 120,000 Indígenas Ngöbe-Buglé de Panamá y solo uso una pequeña parte de los indígenas Guaymí de Costa Rica. ¿Sólo es posible hacer estos análisis con poblaciones pequeñas? Pienso que debió hacerse y comparar. Partiendo de las preguntas anteriores no me queda claro los datos expuestos por Barrantes al analizar las estadísticas vitales. En cuanto a las características de las uniones entre los Chibchas de Costa Rica, tenemos que esta es **matrilínea**, **exogámica** (uniones entre clanes) y **poligámica**, por el contrario, entre los Ngöbe-Bugle (también observado entre los Indígenas Ngöbe-Bugle de Bocas del Toro) ella es **patrilínea** y dentro de la poligamia practican el **sororato**. Actualmente las uniones se dan más entre individuos de la misma tribu. Esto es un dato importante y que fue señalado anteriormente, según los análisis genéticos, los grupos indígenas de las tribus Guaymí, Talamanqueñas y Kuna están más libres de genes foráneos. Un hecho adicional es que los misioneros actuales como los de hace 5 siglos en una perenne invasión de territorio, costumbres, y cultura bajo el solapado subterfugio de la Religión están modificando esta situación entre los Indígenas, por lo menos esa es mi experiencia en Panamá. Barrantes, como el dice cogió *in fraganti* a un grupo de indígenas que migraron, – de la región oeste de Panamá hacia Costa Rica –, paulatinamente en los últimos 50 años y que ha observado un **experimento natural** de ese fenómeno en los últimos 10 años presenciando la división de una población, su movimiento y posterior fusión. Aunando todas estas observaciones, el concluye que las tribus Chibchas de Costa Rica y Panamá son semejantes en muchos aspectos a los grupos agriculturistas de Sudamérica, con importantes diferencias, debido a las adaptaciones particulares de estos grupos a las condiciones ecológicas del trópico húmedo de Baja Centroamérica.

En el capítulo sobre salud y enfermedad, el autor, bosqueja unas consideraciones generales acerca de la salud en los grupos primitivos, haciendo énfasis en las características que favorecen un buen perfil de salud en estos grupos. Señala que estas sociedades están en una relativa homeostasis que implica una relación estable con su ambiente. Todo esto basado en estudios básicamente realizados en poblaciones Amerindígenas Sudamericanas, ello no es el caso de los pobladores de la Baja Centroamérica. Lamentablemente no se cuenta con una adecuada información desde el punto de vista de separar o hacer las diferencias entre las enfermedades y todos los problemas, que afectan a estas poblaciones Amerindígenas de las poblaciones mestizas. En otras palabras, los estudios no sólo epidemiológicos son escasos, por lo tanto es muy difícil que podamos hacer comentarios veraces al respecto. Se hace urgente que se incentiven estos estudios antes de que sea tarde porque es un hecho que las enfermedades del supuesto **mundo civilizado** están afectando a los verdaderos pobladores de estas tierras. Sin embargo, en mi experiencia con los Indígenas Ngöbe-Bugle, al igual que señala el autor, en la medida que grupos foráneos tiendan a penetrar en las áreas pertenecientes a los Amerindígenas, en esa misma tenderán a influir de forma negativa al forzarlos a modificar sus costumbres, su cultura; debido a la destrucción de su ambiente (tala de árboles maderables, construcción de caminos carreteros sin la debida consulta del impacto ecológico, etc., por parte de los colonos y el Estado), eliminando su homeostasis con el mismo. Hasta el momento no conocí que los Indígenas Ngöbe-Bugle tengan una creencia religiosa propia, salvo los Mama-Chí que tiene actualmente 40 años de haberse fundado y está completamente basada en la religión católica, esta aunada a una serie de gruperos religiosos de las más diversas tendencias, cada vez más están penetrando y modificando, sobre todo el sistema de reproducción entre ellos (Sororato), al igual que los sistemas de salud con su programa de planificación familiar. Fundamentalmente el hecho de que actualmente se este invadiendo sus tierras asistimos al hecho de que los indicadores de salud forzosamente están

siendo alterados, lamentablemente somos testigos ignorantes de lo que está aconteciendo.

En el capítulo de variación genética, se da una breve explicación de los métodos para determinar la variabilidad genética y las variables que utilizó para determinar esto, entre las poblaciones Chibchasparlantes del área de Baja Centroamérica. También señala como es de esperar que a largo de la historia de toda población haya un mayor o menor grado de cruce o intercambio racial, o como él llama “**flujo génico**” dependiendo de la estructura social de las tribus, la accesibilidad geográfica y la disposición de ellas con respecto a sus vecinos, etc. Sin embargo, tres hechos importantes han acrecentado el contacto en los últimos 50 años (Transnacionales Bananeras, Caminos Carreteros. Migraciones hacia áreas indígenas de mestizos, negros y blancos) y otras etnias que a su debido tiempo podrían contribuir al intercambio racial. Derivado de estos análisis (heterocigosis, polimórficos, monomórficos, variantes raras y polimorfismos privados) se concluye que los Chibchas de Costa Rica y Panamá presentan una estructura genética semejantes a sus vecinos Sudamericanos, no obstante, existen diferencias substanciales en cuanto a la frecuencia de ciertos alelos polimórficos; la presencia de 5 polimorfismos privados y de algunas variantes raras; y la ausencia virtual del “antígeno Diego Di-a” en la mayoría de las tribus. “... *La genética las poblaciones puede verse como una disciplina histórica...*” (Salzano & Callegari-Jacques, 1988) y “... *de hecho, el ADN de todos los organismos vivientes es una acumulación de los registros históricos...*” (Grauer, 1991). Interesante la forma como Barrantes utiliza estas dos citas y que ciertamente encierran ideas muy profundas acerca de una serie de grandes esfuerzos para explicar un sinnúmero de incógnitas acerca de la evolución del hombre. Por otra parte, hace una serie de análisis para presentarnos la historia evolutiva de los Amerindígenas en la Baja Centroamérica concluyendo: que los Chibchas de la región tienen su propia identidad y singularidad genética que los distinguen de los grupos Mesoamericanos y

Sudamericanos; esto aunado a los resultados obtenidos del análisis filogenético combinado, muestran que las tribus se desarrollaron in situ por mucho tiempo, con divergencia rápida en el inicio pero con largos periodos de aislamiento; y por último existe un intercambio genético y lingüístico limitado, aumentado por las barreras geográficas y culturales. Sin embargo, como el mismo dice aun falta mucho por hacer y resolver, “...*Particularmente importante será calibrar los distintos relojes biológico, lingüístico y arqueológico...*”.

Concuerdo totalmente con Barrantes, con respecto a que la única forma de que podamos aprender todo lo que estos pueblos Amerindígenas puedan ofrecer, de hecho invaluable, es dejarlos ser auténticos y autónomos. Ni siquiera los conocemos y cometemos el sacrilegio de aconsejar que es lo que está correcto cuando ellos permanecieron por siglos en estas tierras antes que nosotros.

Como toda primera obra, es blanco de críticas ya sea constructivas o destructivas, sin embargo, eso es lo loable: ser el primero. Lo más importante de esta obra y de las posteriores es la de crear conciencia real y tangible entre todas las personas con poder de decisión de manera que se puedan dar soluciones reales, lamentablemente existen intereses creados, por ejemplo: en las tierras que los Ngöbe-Bugle de Panamá están solicitando para su Comarca se encuentran yacimientos de cobre, oro, y otros recursos naturales. El problema es que los indígenas también han aprendido las costumbres negativas y se convierte igualmente destructores de su propio ambiente. Indudablemente el problema es mucho más complejo de lo que podemos esperar, Barrantes no tocó otros puntos, porque no estaba dentro de los objetivos de la obra, esperamos que entre los pocos que tenemos interés salga algo productivo.

Blas Armién

Programa de Mestrado em Saúde Pública
Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz